

OS SENTIDOS DA GLOBALIZAÇÃO

Clarice Cassab¹

RESUMO

O objetivo do trabalho é apontar alguns dos aspectos que configuram a chamada globalização. Nesse sentido serão tratados os diferentes mitos que permeiam o discurso e a retórica da globalização.

Palavras-Chave: Globalização – Mitos - Discursos

ABSTRACT

The objective of the article is to point some of the aspects that configure the call globalization. In this direction the different myths will be treated that are in the speech and the rhetoric of the globalization.

Keyword - Globalization – Myths - Speech

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apontar alguns dos aspectos que configuram a chamada globalização. Nesse sentido serão tratados os diferentes mitos que permeiam o discurso e a retórica da globalização.

Em um dos seus últimos trabalhos Castells argumenta que a economia global se constitui hoje enquanto uma nova realidade histórica diferente da economia mundial, isso porque, a economia global possuiria a capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária. Sendo assim, prossegue o autor, embora o capitalismo tenha a característica de se expandir para além dos limites territoriais e espaciais, foi apenas no término do século XX que a economia mundial se tornou “verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e comunicação” (CASTELLS, 1999, p.321).

Vigevani compartilha dessa idéia ao afirmar que não é possível reduzir a globalização apenas a uma expressão contemporânea do desenvolvimento capitalista. Para o autor a constituição de uma base técnica e produtiva até então inexistente seria o elemento primordial que teria colocado, pela primeira vez na história “os pressupostos para a organização da vida social, em suas diferentes dimensões, a partir de uma escala global”.

¹ Estudante de pós-graduação. Departamento de Geografia – Universidade Federal Fluminense - bacharelado em Geografia pela UFRJ e mestrado em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ.

2 PARA ALÉM DOS MITOS: discursos da globalização.

Independente do debate que se possa travar em torno da atualidade desse processo o fato é que o mundo mudou de forma acelerada a partir das três últimas décadas do século XX. Mudanças que se referem não apenas ao plano econômico, mas fundamentalmente ao sistema ideológico e político de dominação do capital, cujos contornos mais evidentes são a emergência do neoliberalismo e do capital financeiro, a alteração do papel do Estado e a reestruturação produtiva.

Em seu artigo, Vigevani (1998) afirma que a globalização se configura enquanto um processo complexo, com diferentes dimensões. Sendo assim, afirma o autor, embora a concepção mais comum da globalização relacione esse fenômeno ao processo de aceleração e intensificação das trocas internacionais a partir da redução das dimensões espaciais e temporais, propiciada pelo avanço da ciência e da tecnologia, existiriam outros aspectos importantes para se entendê-la.

Dessa forma, é possível afirmar que a globalização se configura enquanto um processo portador de uma dimensão concreta e de uma dimensão ideológica. É apenas na observação dessas duas dimensões que é possível (re)construir se não a totalidade ao menos aqueles elementos fundamentais para a caracterização do fenômeno de globalização.

Em sua expressão ideológica a globalização se configura enquanto um discurso legitimador que se apresenta como sinônimo de modernidade e caracterizada por um processo irreversível, não havendo outra saída, portanto, senão adaptar-se a ela. Como é possível se opor à modernidade e ao desenvolvimento?

É nesse sentido que a globalização se constitui enquanto uma ideologia, e por essa razão não se situa no campo próprio das teorias e das ciências. Um pensamento que se coloca fora de qualquer possibilidade de questionamento ou refutação, se situando enquanto um pensamento único, mas cujos argumentos não resistem ao confronto com informações históricas concretas está não no plano da ciência, mas sim da ideologia. Cardoso (1999:98), afirma que “com essa concepção de globalização estamos no campo próprio das ideologias que, acompanhando uma força social que se torna dominante, visam produzir convencimento e adesão às ideais que difundem, dando assim consistência ideológica à dominação”.

Para Bourdieu a globalização se constituiria como uma “violência simbólica” ao universalizar particularidades vinculadas a uma experiência histórica singular. Ao fazer isso o termo globalização naturaliza a dominação das forças transnacionais e se impõe como resultado obrigatório na evolução de cada país. Nessa nova acepção categorias e processos como classe, exploração, dominação ou desigualdade são eliminados e

substituídos por exclusão, segregação, flexibilização etc. A globalização para o autor não seria uma nova fase do capitalismo mas antes de tudo “uma retórica invocada pelos governos para justificar a sua submissão voluntária aos mercados financeiros” que apenas expressaria posições e interesses de forças econômicas. Vigevani (1998:5) destaca que “o livre comércio, o livre fluxo dos investimentos, as privatizações, a diminuição do Estado e a desregulamentação dos mercados financeiros correspondem a uma visão de mundo e não a uma consequência inexorável e predeterminada da expansão do capitalismo”

Para Cardoso (1999), a simples adoção do termo globalização, derivado da palavra global, já demonstra o aspecto ideológico no qual este processo está emerso. Isso porque, a noção de globalização remete a integralidade e totalidade. Isso é, se constitui enquanto um processo integral que não permite quebras ou fraturas. Nesse caso, globalizar não sugere dividir, marginalizar ou expulsar. Sendo assim:

O simples emprego de globalizar referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza e expulsa, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima desta regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a. Consciente e deliberadamente, ou não, a utilização da palavra nestas condições tem exatamente tal eficácia (CARDOSO, 1999, p.108).

No entanto, embora contestada quanto ao seu caráter, há um relativo consenso entre os autores da existência de uma nova etapa de organização do capitalismo marcada pelo fenômeno da globalização. É neste contexto que a globalização se constitui enquanto um processo real que imprime marcas profundas no bojo das relações sociais e de produção.

Encerrado o longo período de acumulação, o capitalismo vivenciou um período crítico marcado pela queda da taxa de lucro e caracterizado pelo esgotamento do padrão de acumulação fordista de produção, que se tornou incapaz de responder a retração do consumo (Antunes, 1999). Esse período, situado a partir da década 70, foi fortemente marcado pela reestruturação econômica e por um reajustamento social e político que representaram “os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinto” (HARVEY, 1992, p.140).

Esse novo regime de acumulação apresentou-se enquanto superação do modelo fordista, substituindo-o por formas produtivas e organizacionais mais flexíveis no que toca, por um lado, os mercados e os processos de trabalho e por outro, os produtos e padrões de consumo. Resumidamente é possível afirmar que esse novo momento se caracterizou pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992:140).

Essa reorganização do capital foi possível em função, predominantemente, da emergência de um novo sistema de técnicas (cibernética, informática e eletrônica), que passou a influenciar o funcionamento da economia mundial e cujos efeitos são percebidos em áreas como a comunicação, os transportes, no próprio processo produtivo e de financeirização da economia bem como nas relações sociais.

A ascensão de um conjunto de novas técnicas possibilitou “em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico”. (SANTOS, 2000, p.25). A convergência dos momentos e a percepção da simultaneidade se constituem, hoje, enquanto símbolos máximos de um mundo globalizado, onde as fronteiras e o tempo se reduzem. No entanto, o autor ressalta que a simples emergência dessas tecnologias não é elemento suficiente para se entender o avanço da globalização. É preciso situá-las dentro de determinadas escolhas políticas. Isso porque a técnica não pode ser compreendida como algo absoluto mas tal como utilizada pelo homem. Para Santos (2000, p.26) “as técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com intermediação da política, isto é da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente”.

Ao afirmar isso se pretende salientar que a globalização, enquanto processo, é, em alguma medida, o resultado de determinadas estratégias política e econômica. Ou seja, apenas é possível entender a globalização enquanto o resultado da implementação de políticas neoliberais de desregulamentação, associadas às políticas de ênfase monetária dos países industrializados.

É importante situar essa questão para que não seja dada demasiada importância às tecnologias enquanto único elemento explicador e justificador da globalização. Contudo, é fato que as possibilidades geradas pelas tecnologias de comunicação impulsionaram mudanças principalmente em dois setores: o produtivo e o financeiro. No que toca ao setor produtivo, os impactos dessas novas tecnologias se deu sobre a “reformulação de estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes networks”² (Dupas,1999:39), na medida em que elas promovem o reordenamento espacial do setor produtivo – reduzindo as plantas industriais e dividindo a produção pela extensão do globo. A forma de organização da atividade produtiva, a partir da emergência desse conjunto de técnicas, ultrapassou a busca de mercados globais para se tornar ela mesma global. Isso porque, essas fábricas, espalhadas pelo mundo, produzem apenas parte do produto que será montado no local de consumo.

No entanto, a fragmentação da produção não significa a dispersão do comando. Ao contrário, há uma unidade política de comando que se realiza no interior das empresas e

² O autor utiliza o termo *networks* referindo-se as redes de empresas.

não num suposto mercado global. Assim, se é possível afirmar que haja uma dispersão não é correto dizer que essa se dê em todas as dimensões do processo produtivo. Todavia, como demonstra Antunes (1999) a simples ameaça do deslocamento da planta produtiva para outro país (fundamentalmente com o intuito de reduzir os custos dos salários e de impostos) é suficiente para que haja pressão sobre os trabalhadores e sobre suas formas de organização e representação, resultando na aceitação de piores condições de trabalho e salários e diminuindo a capacidade de resistência dos trabalhadores assalariados. A maior mobilidade da planta produtiva significou também a fragilização das relações de trabalho.

Quanto ao setor financeiro as novas tecnologias de informação possibilitaram que cada mercado passasse a funcionar diretamente conectado com os demais, e em tempo real. O resultado disso foi à ampliação da mobilidade do capital. Hoje, o mercado funciona vinte e quatro horas por dia e os recursos financeiros são transferidos para ou de qualquer parte do mundo imediatamente. Como sublinha Gómez (1999, p.22), a passagem de uma autarquia financeira para uma intensa mobilidade do capital e uma integração financeira global, cria uma “teia de conexões e interdependências crescentes entre forças econômicas privadas transnacionais e Estados nacionais”. O capital financeiro, volátil e desterritorializado, movimenta-se de forma permanente em busca de lucros imediatos, ganhando relativa autonomia “dentro das complexas inter-relações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo” (ANTUNES, 1999, p.32).

O resultado desse processo é o acirramento das disputas entre países pelo acesso aos investimentos externos. Isso porque o capital se locomoveria em direção aos territórios considerados de menor risco e de maior rentabilidade. No entanto, vale ressaltar dois aspectos fundamentais. O primeiro é que a expansão do papel do capital financeiro não se dá à revelia dos Estados nacionais. Ao contrário, é o resultado de decisões políticas e da “própria vontade política dos Estados de autonomizar um capitalismo financeiro especulativo e parasitário que, paradoxalmente, fragiliza e desestabiliza a instância do político” Gómez (1999, p.152).

É nesse sentido que Fiori afirma que a globalização financeira é parte de uma estratégia global que se impõe ao resto do mundo pela força simultânea e combinada do poder político. Portanto, “se a globalização financeira foi facilitada pelas novas tecnologias, sua verdadeira direção e significado foram dados pelas opções estratégicas e econômicas de algumas poucas potências mundiais” (FIORI, 2000, p.34). O resultado dessa opção é a forte dependência aos capitais financeiros.

O segundo aspecto a ser retratado é que embora o mundo atual se caracterize pela forte expansão do capital financeiro ainda hoje é preciso que haja geração de riqueza a partir do setor produtivo – mesmo que as riquezas produzidas sirvam para alimentar o capital especulativo.

É sobre os grupos industriais que repousa a organização das atividades de valorização do capital na indústria, os serviços, setor energético e a grande agricultura, da qual depende tanto a existência material das sociedades nas quais os camponeses e artesãos foram quase completamente destruídos, quanto à extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros (CHESNAIS, 2001, p.20).

Contudo, seja em relação ao capital financeiro ou no que toca o capital produtivo, pode-se afirmar que essa mobilidade, somente é possível em função das políticas de liberalização e desregulamentação das trocas e dos capitais imposta pela política neoliberal. Haja visto que dentro desse contexto as virtudes do mercado e a eficiência das empresas privadas são exaltadas, enquanto a intervenção do Estado passa a ser vista como prejudicial. O resultado dessa perspectiva é a desregulamentação do mercado via desregulamentação e privatização do Estado.

Neste movimento combate-se à idéia do Estado regulador e intervencionista, capaz de não apenas controlar e regular a economia como também de assumir para si os encargos sociais. Segundo os críticos desse Estado ao assumir essas duas funções ele se sobrecarrega e teria como única saída (a fim de se dinamizar e com isso também a economia) se retirar da economia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora esse seja o discurso predominante (e talvez a prática em alguns países ditos do Terceiro Mundo), o que tem se observado é que o “fim do Estado” não é consoante aos processos que vem ocorrendo na atualidade. Para Hobsbawn (2000:51) é preciso ter muito cuidado quando se pretende transpor a globalização para a política pois “nós já temos uma economia globalizada, podemos aspira a uma cultura globalizada, certamente dispomos de uma tecnologia globalizada e de uma ciência globalizada, mas, em termos políticos vivemos em um mundo que permanece de fato pluralista e dividido em Estados territoriais”. Nesse sentido, o processo de globalização não resultou num enfraquecimento do Estado. Ao contrário, a capacidade do Estado de acompanhar o que acontece em seu território e de mantê-lo sob controle teria se ampliado. Além disso, o Estado ainda é fortemente sentido em muitos dos países ditos de economia central e que são, na maioria das vezes os que vendem o receituário de neoliberalismo.

A presença do Estado e de seus aparelhos é, portanto, não apenas real como também é solicitada por muitos dos “organismos globais”. Em relatório de 1997 o Banco Mundial reforçava a necessidade do Estado afirmando que “um Estado eficiente é vital para a provisão de bens e serviços – bem como das normas e instituições – que permitem que os

mercados floresçam e que as pessoas tenham uma vida mais saudável e feliz”, pois se “o desenvolvimento dominado pelo Estado fracassou, assim também fracassará o desenvolvimento sem Estado. Sem um Estado efetivo, o desenvolvimento é impossível”. Mesmo dentre as agências multilaterais, preconizadoras do receituário neoliberal, a presença do Estado não é negada. O que se pretende é uma reconfiguração de seu papel e uma “nova” relação entre Estado e mercado na qual o Estado não deve ser o promotor direto do crescimento mais seu parceiro, catalisador e facilitador.

Na realidade, o chamado “trunfo atual do mercado”, não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas dos Estados capitalistas mais poderosos. Para Chesnais (2001, p.11) “a grande liberdade de ação da qual gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar de novas”.

Dessa forma, ao Estado ainda caberia o papel de controlar as circulações de capitais e mercadorias, ao mesmo tempo em que deve proteger suas economias nacionais. Além disso, como afirmado anteriormente, nesse ambiente, os principais atores da economia global, as grandes corporações financeiras e produtivas, tomam suas decisões de locação visando a maior taxa de retorno sobre seus recursos aplicados. O resultado disso é a emergência da idéia de que a única possibilidade de crescimento estaria atrelada a capacidade de aumentar a competitividade e, para tanto, o Estado é fundamental.

Para dar conta dessa competitividade um número crescente de países vem promovendo uma série de mudanças nas suas estratégias macroeconômicas e políticas, visto que a criação de condições gerais para a melhoria da competitividade, ainda deve se realizar no âmbito nacional. Nesse sentido a questão que se coloca é: Estado mínimo para quem, já que caberia também ao Estado garantir as condições mínimas de competitividade?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOURDIEU, P., **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim de século**. Campinas: Economia e Sociedade, n.5, 2001.

CARDOSO, Miriam L. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente**. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FIORI, J.L. 60 Lições dos 90. Rio de Janeiro, 2001.

GÓMEZ, J.M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In. GENTILI, P. (Org.), **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Petrópolis: Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 1999. p. 128-179.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo, Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro / Rio de Janeiro: Record. 2001.

SANTOS, T. S. dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital.** In. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 170-198.

VIGEVANI, Tullo. Globalização e Política: ampliação ou crise da democracia. In. DOWBOR, Ladislau et al (orgs.) **Desafios da Globalização.** Petrópolis: Vozes, 1998.